



Formação de Oligopólios e Participação de Fundos de Investimento no Mercado Agropecuário Brasileiro

Sergio Moreno Lopes Ferreira
Unimontes
sergiomorenolf@gmail.com

Roney Versiani Sindeaux
Unimontes
roney.sindeaux@unimontes.br

Breno Henrique Souza Jorge
UFMG
breno.jorge1903@gmail.com

Lucas Tiago Alves Dias
Unimontes
lucasdiashl@gmail.com

Resumo

O artigo analisa a crescente participação de fundos de investimento e grupos corporativos no agronegócio brasileiro, evidenciando como o processo de financeirização tem redefinido sua estrutura produtiva e ampliado a concentração de capital e poder econômico no campo. A pesquisa, de natureza documental e qualitativa, utiliza como base relatórios institucionais, artigos acadêmicos, legislações, notícias setoriais e dados oficiais de órgãos como MAPA, IBGE, ANBIMA, CONAB e CVM. Por meio da análise de informações referentes ao período de 1994 a 2025, busca-se compreender as transformações estruturais do setor, em especial a partir da criação de novos instrumentos financeiros, como os Fiagros e as Cédulas de Produto Rural (CPRs), e sua relação com o avanço de grupos de capital financeiro no agronegócio. Os resultados indicam que a financeirização tem impulsionado um processo de oligopolização e internacionalização do setor, por meio da concentração de terras, fusões e aquisições de empresas e da crescente presença de gestores de ativos no controle de cadeias produtivas estratégicas. A discussão, ancorada na economia política e na teoria institucionalista, demonstra que essas dinâmicas fortalecem a lógica especulativa e financeira do agronegócio, subordinando a produção agroalimentar às exigências de rentabilidade do capital. Conclui-se que tais transformações intensificam as desigualdades territoriais e econômicas no meio rural, consolidando um novo padrão de acumulação e governança no capitalismo agrário brasileiro.

Linha temática: Contabilidade, Gestão e Finanças no Agronegócio

Palavras-Chave: F&A, Financeirização, Agronegócio.



1. Introdução

O agronegócio brasileiro, pilar fundamental da economia nacional, tem passado por profundas transformações nas últimas décadas. Além de sua reconhecida capacidade produtiva, observa-se um movimento crescente de concentração de mercado e uma intensificação da participação de capitais financeiros, especialmente por meio de fundos de investimento e operações de fusões e aquisições (M&A). Este fenômeno, que pode levar à formação de estruturas oligopolistas, levanta questões cruciais sobre a competitividade, a equidade e a sustentabilidade do setor.

A formação de oligopólios no agronegócio não é um tema novo, mas sua dinâmica se complexifica com a entrada de grandes fundos de investimento, incluindo private equity e os recém-criados Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (FIAGROs). Esses atores financeiros, com sua capacidade de alocar grandes volumes de capital e sua busca por retornos elevados, podem acelerar processos de consolidação, alterando a estrutura de mercado e as relações de poder ao longo da cadeia produtiva. A financeirização do agronegócio, portanto, transcende a mera injeção de capital, impactando a governança corporativa, as estratégias de produção e comercialização, e, em última instância, a distribuição de valor.

Este artigo propõe investigar a fundo essa intersecção entre a formação de oligopólios e a atuação dos fundos de investimento no mercado agropecuário brasileiro. Compreender a extensão e as implicações dessa concentração é vital para analisar a eficiência do setor, a capacidade de inovação, a resiliência a choques externos e o impacto sobre os pequenos e médios produtores. A pesquisa se justifica pela relevância econômica e social do agronegócio no Brasil e pela necessidade de um olhar crítico sobre as transformações estruturais que estão moldando seu futuro.

Ao abordar este tema, o estudo busca contribuir para a literatura acadêmica em economia agrícola, finanças e organização industrial, oferecendo uma análise empírica robusta baseada em dados reais. Os resultados poderão subsidiar debates sobre políticas de concorrência, regulação do mercado financeiro no agronegócio e estratégias para promover um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo no campo brasileiro.

O principal objetivo do presente estudo é analisar a formação de oligopólios e a participação de fundos de investimento no mercado agropecuário brasileiro, avaliando seus impactos na estrutura de mercado, na eficiência técnico-econômica das empresas e nas dinâmicas de concentração do setor.

O estudo buscará mapear e caracterizar as principais operações de fusões e aquisições (F&A ou M&A – *Mergers and Acquisitions* em inglês), bem como a entrada de fundos de investimento, incluindo private equity, FIAGROs e outros veículos financeiros, no agronegócio brasileiro desde o ano 2000. Além disso, pretende mapear a concentração de mercado em segmentos-chave como grãos, carnes, suco de laranja e insumos agrícolas, bem como movimentos de *startups*, utilizando-se de pesquisa documental e analisando sua evolução ao longo do tempo. Serão identificadas as unidades analíticas, abrangendo empresas agroindustriais listadas, holdings e grandes grupos integrados, para os quais serão coletados dados financeiros e operacionais relevantes à análise de eficiência.

Também será examinada a relação entre a presença desses fundos, a estrutura de governança corporativa e o desempenho de eficiência das empresas atuantes no setor. Essa análise da presença de fundos de investimento também possui como objetivo traçar uma linha do tempo com os principais pontos chave dessa estrutura.



Por fim, o trabalho discutirá as implicações da crescente concentração e financeirização do agronegócio brasileiro para aspectos como competitividade, inovação, sustentabilidade e inclusão de pequenos e médios produtores.

2. Revisão da Literatura

A presente revisão da literatura aborda os principais pilares teóricos e empíricos que sustentam a investigação proposta: a formação de oligopólios, a financeirização e a participação de fundos de investimento no agronegócio.

2.1. O Agronegócio brasileiro

O agronegócio brasileiro é um dos pilares centrais da economia nacional, representando cerca de 27,6% do PIB em 2023, segundo dados do CEPEA (Mapa 2024). Sua trajetória histórica é marcada por profundas transformações estruturais, desde os ciclos econômicos coloniais até a modernização tecnológica das últimas décadas, consolidando o país como um dos maiores produtores e exportadores de commodities agrícolas do mundo. Este setor tem sido fortemente influenciado pela atuação de grandes corporações multinacionais e, mais recentemente, pela crescente participação de fundos de investimento, que têm reconfigurado a dinâmica de mercado e contribuído para a formação de oligopólios.

O agronegócio no Brasil tem suas raízes no período colonial, com a implantação da monocultura da cana-de-açúcar no Nordeste, especialmente em Pernambuco e Bahia, a partir do século XVI (Júnior 2011). Esse modelo, baseado no sistema de plantation, era caracterizado por grandes latifúndios monocultores, mão de obra escravizada e produção voltada para a exportação (Schwartz 1988). A concentração fundiária e a dependência de um único produto criaram uma estrutura agrária extremamente desigual, que deixou marcas profundas na sociedade brasileira (Furtado 2007).

No século XVII, com a expansão dos engenhos de açúcar, consolidou-se uma elite agrária que controlava não apenas a terra, mas também o poder político local (Andrade 1998). A economia açucareira entrou em declínio relativo no século XVIII, devido à concorrência das Antilhas e à descoberta de ouro em Minas Gerais (Boxer 2002), mas a estrutura latifundiária permaneceu intacta, servindo de base para o próximo grande ciclo econômico: o café.

A partir do início do século XIX, o café tornou-se o principal produto de exportação brasileiro, deslocando o eixo econômico para o Vale do Paraíba (RJ/SP) e, posteriormente, para o Oeste Paulista (Dean 1976). A expansão cafeeira foi marcada pela ocupação de novas terras, (Mendonça 2004), consolidando ainda mais a estrutura fundiária concentrada.

O modelo de produção continuou baseado em grandes propriedades, inicialmente com mão de obra escrava (Schwartz 1988) e, após a abolição (1888), com imigrantes europeus assalariados (Holloway 1980). A riqueza gerada pelo café financiou a industrialização incipiente no Sudeste (Cano 2007) e permitiu a formação de uma nova elite agrária, que mais tarde influenciaria a política econômica do país (Faoro 2001).

A crise de 1929 e a queda dos preços internacionais do café levaram o governo a intervir mais diretamente na agricultura, com políticas de sustentação de preços e queima de estoques (de P. Abreu 1990). Esse período também viu as primeiras tentativas de diversificação agrícola, com incentivos à produção de algodão e outros cultivos (Delgado 2012).

Na década de 1950, com a industrialização acelerada, o setor agrícola começou a ser visto como um fornecedor de alimentos para as cidades e matéria-prima para a indústria (Furtado 2007). No entanto, a estrutura fundiária permaneceu extremamente concentrada: em 1960, segundo o



IBGE (1960), apenas 1% dos proprietários rurais controlavam cerca de 45% das terras agricultáveis, padrão que se mantém até hoje (INCRA 2020).

O grande salto tecnológico do agronegócio brasileiro ocorreu a partir dos anos 1970, com a chamada "Revolução Verde Tropical" (Alves and Contini 2020). A criação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em 1973 foi fundamental para o desenvolvimento de cultivares adaptadas ao clima tropical, como a soja e o milho (Alves and Contini 2020).

A incorporação do Cerrado ao circuito produtivo foi um marco histórico (Klink and Machado 2005). Até então considerado inadequado para a agricultura devido à acidez do solo, o Cerrado foi transformado em uma das principais fronteiras agrícolas do mundo graças à correção de solos com calcário e fertilizantes (Lopes 2021). Essa expansão foi acompanhada por um intenso processo de mecanização (Guanziroli, Buainain, and Di Sabbato 2019) e pelo aumento do uso de insumos químicos (Pessoa and Silva 2020).

A partir dos anos 2000, o Brasil consolidou-se como um dos maiores exportadores globais de soja, carne bovina, frango e milho (MAPA 2023). O crescimento foi impulsionado pela demanda chinesa (Oliveira and He 2021) e por avanços tecnológicos, como a agricultura de precisão e os transgênicos (Martinelli et al. 2017). No entanto, esse modelo também aprofundou a concentração fundiária (INCRA 2020) e a dependência de grandes corporações (Ferreira and Wilkinson 2022a).

2.1.1. O contexto atual do agronegócio

O agronegócio brasileiro ocupa atualmente uma posição central no contexto mundial, sendo responsável por grande parte das exportações globais de commodities agrícolas, como soja, carne bovina, milho, celulose e açúcar. De acordo com dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA 2024c), o setor representa aproximadamente 25% do PIB nacional e responde por mais de 40% das exportações brasileiras, consolidando-se como um dos pilares da economia do país.

Nas últimas décadas, o Brasil consolidou-se como o maior exportador global de soja em grãos, alcançando, em 2023, a marca de 154 milhões de toneladas produzidas, das quais cerca de 60% foram destinadas ao mercado externo (CONAB 2025). O país também é o segundo maior produtor e exportador mundial de carne bovina, com um volume de exportação que ultrapassou 2,3 milhões de toneladas em 2023 (USDA 2024a). No setor de milho, o Brasil superou os Estados Unidos como principal exportador em 2023, com exportações superiores a 56 milhões de toneladas, resultado do aumento de produtividade nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Esse crescimento expressivo está associado à incorporação de tecnologia ao processo produtivo, à expansão da fronteira agrícola e à adoção de sistemas intensivos de produção, como o plantio direto e a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) (Silveira and Buainain 2022). Tais transformações permitiram um aumento significativo na produtividade: entre 1990 e 2023, a produtividade da soja brasileira cresceu 161%, enquanto no milho o crescimento foi de 180% (IBGE, 2023).

Em 2024 o Brasil enfrentou uma redução nas exportações em comparação a 2023 em um total de -1,27% (US\$ 166,48 bilhões em 2023 para US\$ 164,36 bilhões em 2024), também houve uma leve redução no volume total exportado de bens no percentual de -3,2% (267 milhões de toneladas em 2023 para 259 milhões de toneladas em 2024). Essa redução no volume, aliada as reduções dos preços médios da soja, são fatores substanciais para essa redução de resultado, tendo em vista que os preços médios gerais – visualizados na tabela abaixo - praticados em 2024 são 11% superiores aos de 2023, restando um destaque à soja que além de sua redução de -2,7% em mil toneladas exportadas, também enfrentou uma redução de -17,6% em seu preço médio.



Tabela 1 Balança Comercial Do Agronegócio - Síntese Dos Resultados Do Mês, Do Acumulado No Ano (2024)

Principais Produtos	Janeiro - Dezembro								
	Valor (US\$ milhões)			Quantidade (mil toneladas)			Preço Médio (US\$/t)		
	2023	2024	Δ%	2023	2024	Δ%	2023	2024	Δ%
EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO	166.488	164.368	-1,27%	267.862	259.293	-3,20%			
Complexo Soja	67.250	53.936	-19,8	126.671	123.312	-2,7	531	437	-17,6
Carnes	23.511	26.181	11,4	8.817	9.665	9,6	2.666	2.709	1,6
Complexo Sucrialcooleiro	17.384	19.689	13,3	33.337	39.800	19,4	521	495	-5,1
Produtos Florestais	14.279	17.313	21,2	29.157	30.452	4,4	490	569	16,1
Cereais, farinhas e preparações	15.542	9.983	-35,8	60.663	44.967	-25,9	256	222	-13,3
Café	8.087	12.340	52,6	2.210	2.872	30,0	3.659	4.296	17,4
Fibras e produtos têxteis	3.450	5.520	60,0	1.753	2.918	66,4	1.967	1.892	-3,9
Fumo e seus produtos	2.729	2.977	9,1	512	455	-11,1	5.330	6.541	22,7
Sucos	2.682	3.510	30,9	2.810	2.583	-8,1	954	1.359	42,4
Couros e seus produtos	1.524	1.619	6,3	443	609	37,4	3.438	2.660	-22,6
Frutas (inclui nozes e castanhas)	1.349	1.377	2,0	1.108	1.094	-1,3	1.217	1.258	3,4
Animais vivos	618	978	58,3	201	374	86,7	3.081	2.613	-15,2
Cacau e seus produtos	373	636	70,4	89	91	1,4	4.174	7.014	68,0
Pescados	338	400	18,6	60	65	7,7	5.622	6.191	10,1
Lácteos	82	97	18,2	30	36	19,2	2.703	2.679	-0,9
Demais Produtos	7.292	7.812	7,1	-	-	-	-	-	-
IMPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO	18.508	21.709	17,30%	12.332	16.045	30,10%			
Cereais, farinhas e preparações	3.683	4.046	9,9	8.942	11.964	33,8	412	338	-17,9
Produtos oleaginosos (exclui soja)	1.381	1.722	24,7	700	845	20,7	1.973	2.037	3,3
Pescados	1.424	1.572	10,4	270	292	8,1	5.275	5.389	2,2
Produtos florestais	1.479	1.604	8,5	1.057	1.222	15,7	1.399	1.313	-6,2
Hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	919	1.195	30,1	895	1.106	23,7	1.027	1.080	5,2
Lácteos	1.093	1.051	-3,8	279	276	-1,0	3.921	3.808	-2,9
Fibras e produtos têxteis	857	1.036	20,9	90	119	31,6	9.476	8.706	-8,1
Complexo sucrialcooleiro	124	176	42,3	100	220	121,3	1.241	798	-35,7
Demais Produtos	7.550	9.307	23,3	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária (2024)(MAPA 2024b).

No cenário internacional, o Brasil posiciona-se como um ator estratégico tanto em mercados consolidados, como China e União Europeia, quanto em mercados em expansão, como o Sudeste Asiático e o Oriente Médio. Em 2023, a China absorveu mais de 70% das exportações de soja brasileira e tornou-se também o principal importador de carne bovina (USDA 2024b). Esta concentração, no entanto, evidencia um grau elevado de dependência de poucos compradores externos, o que representa um risco estrutural para o setor.

Apesar das vantagens competitivas, o agronegócio brasileiro enfrenta desafios críticos. A pressão ambiental e as cobranças internacionais relativas ao desmatamento e à emissão de gases de efeito estufa têm colocado o país sob escrutínio global (FAOSTAT 2023). Além disso, questões como a concentração de terras, conflitos fundiários e a vulnerabilidade das pequenas e médias propriedades persistem como problemas estruturais. Segundo Sauer (2021), a expansão do agronegócio tem sido acompanhada por uma forte concentração fundiária, reforçando dinâmicas de desigualdade histórica no campo.

Outro aspecto relevante diz respeito à logística e infraestrutura. Embora existam avanços, como a ampliação de corredores de exportação no Arco Norte, a infraestrutura de transporte ainda é marcada por gargalos, principalmente nas regiões de recente expansão agrícola (Grecco and Arruda 2023). A dependência do transporte rodoviário, com elevado custo de frete, reduz a competitividade de produtores em regiões interioranas.

Apesar desses desafios, o agronegócio brasileiro apresenta perspectivas positivas. Projeções da FAO e da OCDE (2023) indicam que o país deverá responder por 52% do crescimento adicional mundial das exportações de soja e por 26% do crescimento das exportações de milho até 2032. No entanto, alcançar essas projeções dependerá da adoção de políticas públicas voltadas à

sustentabilidade, à inovação, à regularização fundiária e ao fortalecimento da infraestrutura e da assistência técnica.

2.2. Financeirização e Fundos de Investimento no Agronegócio

A financeirização constitui-se como um processo histórico associado à transformação do capitalismo a partir da década de 1970, quando o capital portador de juros passou a ocupar papel central nas dinâmicas de acumulação (Chesnais 2002; Fine and Saad-Filho 2017). Trata-se de um fenômeno que envolve a crescente predominância da lógica financeira sobre outras esferas da economia e que pode ser compreendido sob diferentes perspectivas. Zwan (2014) identifica ao menos três abordagens principais: (i) a financeirização como um novo regime de acumulação, no qual as atividades financeiras se sobrepõem à produção material, privilegiando a valorização de ativos da classe rentista (Chesnais 2002; Gunnoe 2014); (ii) a centralidade da maximização do valor do acionista nas corporações, em detrimento de ganhos sociais como salários e bem-estar (Gunnoe 2014; der Zwan 2014); e (iii) a incorporação do indivíduo como investidor, em um contexto de retração do Estado como provedor de proteção social, deslocando riscos da esfera pública para a privada (der Zwan 2014).

No Brasil, esse processo tem se manifestado de maneira crescente no setor do agronegócio, em um movimento de integração entre propriedade fundiária e capital financeiro (Gomes 2020a; Gunnoe 2014; Vicente 2020). O desenvolvimento de novos instrumentos financeiros voltados ao financiamento da produção agrícola foi fundamental nesse processo. A introdução da Cédula do Produtor Rural (CPR) em 1994 representou o primeiro passo para vincular a produção agrícola ao mercado financeiro (Brasil 1994). Posteriormente, a Lei nº 11.076/2004 criou títulos como o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Warrant Agropecuário (WA), os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), ampliando as possibilidades de securitização e atraindo novos investidores para o setor (B Bronoski and Costa 2024; Leite and Wesz Junior 2015).

Esses mecanismos permitiram que o crédito rural, antes baseado sobretudo em linhas estatais de financiamento, fosse progressivamente substituído ou complementado por operações estruturadas no mercado de capitais (Leite and Wesz Junior 2015). O avanço mais recente ocorreu com a criação do Fundo de Investimento nas Cadeias Agroindustriais (Fiagro) em 2021, que adicionou uma nova camada de financeirização ao possibilitar a incorporação de ativos como CRAs, debêntures e propriedades rurais em fundos negociados no mercado financeiro (B Bronoski and Costa 2024).

O crescimento do Fiagro tem sido expressivo. Em novembro de 2023, o fundo já possuía R\$ 19,57 bilhões sob custódia, valor que chegou a R\$ 20,6 bilhões no fim do mesmo ano (ANBIMA 2023). Apesar desse aumento acelerado, o montante ainda representa apenas 6,05% dos recursos liberados pelo Plano Safra 2022/2023, que alcançou R\$ 340,8 bilhões (MAPA 2023), evidenciando que, embora em ascensão, o mercado de fundos de investimento ainda ocupa posição complementar frente ao crédito rural subsidiado.

Outro aspecto fundamental para compreender a financeirização do agronegócio brasileiro é a entrada massiva de pessoas físicas como investidores. Entre 2017 e 2019, houve uma expansão significativa da participação de indivíduos no mercado de capitais, movimento acelerado durante a pandemia de Covid-19, quando o número de investidores pessoa física praticamente dobrou, passando de 1,4 milhão em 2019 para 2,7 milhões em 2020 (Bruna Bronoski and Costa 2024b). Esse fenômeno foi impulsionado pela digitalização dos serviços financeiros, pelo crescimento dos

chamados “finfluencers” e pela popularização de plataformas digitais de investimento (Anbima 2023; Santos et al. 2022).

A financeirização do agronegócio brasileiro não se restringe apenas à criação de títulos financeiros e à securitização de recebíveis rurais. Nas últimas décadas, a pressão do mercado internacional e de consumidores tem levado grandes empresas agroindustriais a adotar a agenda ESG (Environmental, Social and Governance) como instrumento de legitimação perante investidores globais (Malatrasi and Bezerra 2024b). Nesse sentido, fundos de investimento orientados por critérios ambientais e sociais tornaram-se relevantes na Bolsa de Valores brasileira, por meio de índices como o ISE B3 e o IGPTW B3, bem como pela emissão de títulos verdes e da própria modalidade de Cédula de Produto Rural Verde (CPR Verde), criada em 2021 (BOVESPA 2022; Malatrasi and Bezerra 2024a).

A entrada do agronegócio na lógica dos fundos ESG revela uma nova dimensão da financeirização: não apenas a busca por liquidez e expansão de ativos, mas também a tentativa de capturar o discurso de sustentabilidade como estratégia de valorização no mercado financeiro (Chesnais 2005; Tavares 2021). Empresas como Amaggi, JBS, Marfrig e BRF, por exemplo, incorporaram em seus sites e relatórios corporativos compromissos formais com práticas ESG, destacando metas de redução de desmatamento, bem-estar animal e responsabilidade social (JBS 2024; Malatrasi and Bezerra 2024a; Marfrig Global Foods 2024). Contudo, a literatura crítica tem apontado que muitas dessas iniciativas se aproximam de práticas de greenwashing, ou seja, do uso retórico da sustentabilidade sem alteração substancial nos modelos produtivos (Paviani 2019; T. R. R. Tavares 2022).

O caso da SLC Agrícola é ilustrativo. Primeira empresa de produção agrícola a abrir capital na bolsa de valores brasileira, em 2007, a companhia expandiu suas áreas plantadas de 117 mil hectares para mais de 670 mil hectares em 2022, capitalizada por fundos de investimento nacionais e internacionais (Saweljew 2019; SLC Agrícola 2023). Entre seus acionistas estão grupos financeiros como BlackRock, Vanguard e JP Morgan, além de fundos de pensão norte-americanos (Paes 2023). Embora a empresa apresente políticas de “desmatamento zero” e redução de emissões de gases de efeito estufa, dados do INPE indicam que municípios em que a SLC opera, como São Desidério e Jaborandi (BA), figuraram entre os maiores desmatadores do Cerrado em 2023 (Comissão Pastoral da Terra 2023; Malatrasi and Bezerra 2024a).

Esses exemplos demonstram que a financeirização do agronegócio brasileiro vai além da securitização da produção e da expansão dos fundos Fiagro: trata-se de um processo de incorporação dos critérios de sustentabilidade como ativos financeiros em si. Como defendem Malatrasi e Bezerra (2024), a pressão do mercado internacional, sobretudo da União Europeia, condiciona a competitividade das exportações brasileiras à adoção de práticas ESG. Todavia, tais mecanismos frequentemente se traduzem em contradições socioambientais, como a continuidade do desmatamento, os conflitos por água no Oeste baiano e a precarização das condições de trabalho (Comissão Pastoral da Terra 2023; Pignati, Oliveira, and Silva 2014).

2.2.1. A política e dinâmicas institucionais na financeirização do agronegócio

A financeirização do agronegócio brasileiro não pode ser compreendida apenas pela ótica dos instrumentos financeiros, mas também pela simbiose entre o setor e o Estado. Embora a literatura sobre neoliberalismo muitas vezes destaque a retirada do Estado como provedor de políticas sociais (Fine and Saad-Filho 2017), no caso brasileiro observa-se o oposto: a presença ativa do Estado na construção institucional e regulatória da financeirização (Bruna Bronoski and Costa 2024b). Exemplo disso é a criação da CPR (1994), dos títulos agrofinanceiros (2004) e, mais



recentemente, do Fiagro (2021), todos respaldados em legislação federal e acompanhados de incentivos fiscais que ampliam a atratividade desses ativos no mercado (Brasil 1994, 2004).

No plano político, o setor do agronegócio consolidou-se como o mais influente do Congresso Nacional. Em 2023, a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) reunia 374 dos 513 deputados federais e 50 dos 81 senadores, configurando-se como a maior bancada temática do parlamento (Frente Parlamentar Agropecuária 2023). Essa predominância política garantiu a defesa sistemática dos interesses do agronegócio nas arenas de formulação de políticas públicas, muitas vezes em detrimento de pautas ambientais e sociais (Pompeia 2020).

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), essa hegemonia foi reforçada por meio de um discurso que vinculava o desenvolvimento nacional à expansão do agronegócio, frequentemente associado ao afrouxamento de normas ambientais e trabalhistas. A narrativa de que o agronegócio representaria “os interesses de toda a sociedade” contribuiu para legitimar processos de expropriação territorial e flexibilização da legislação, ao mesmo tempo em que fortaleceu a imagem do país como “celeiro do mundo” (Bruna Bronoski and Costa 2024a; Flexor, Kato, and Leite 2023) Essa visão se consolidou como uma sinédoque política, na qual a produção voltada à exportação é apresentada como sinônimo do setor agrícola como um todo, invisibilizando formas de produção alternativas, como a agricultura familiar e a agroecologia (Pompeia 2020).

Os efeitos da financeirização, entretanto, não se limitam ao mercado e à política institucional. Eles se manifestam também nos territórios afetados pela expansão agrofinanceira, em especial nas fronteiras agrícolas do Cerrado e do MATOPIBA. A entrada de grandes fundos de investimento em empresas como a SLC Agrícola, associada à intensificação da produção de commodities, está diretamente relacionada ao avanço do desmatamento, à disputa pelo uso da água e à expropriação de comunidades tradicionais (Comissão Pastoral da Terra 2023; Malatrasi and Bezerra 2024a; Pitta and Vega 2017). Esses conflitos socioambientais revelam o caráter contraditório da financeirização: enquanto o discurso corporativo enfatiza responsabilidade social e sustentabilidade, a realidade dos territórios evidencia concentração de terras, degradação ambiental e violações de direitos (Amaral 2023; Cavalcante 2020).

Outro ponto a ser destacado é o papel dos fundos internacionais. Gestoras como BlackRock, Vanguard e JP Morgan não apenas participam da composição acionária de grandes companhias agroindustriais brasileiras, mas também pressionam pela adoção de critérios ESG como forma de reduzir riscos de imagem e atrair consumidores nos mercados globais (Bethônico 2021; Malatrasi and Bezerra 2024a). Contudo, como observa Tavares (2022), a adoção de práticas ESG muitas vezes cumpre função de “apagamento das injustiças ambientais”, ao transformar a sustentabilidade em estratégia corporativa para garantir valorização acionária sem alterar os padrões de exploração territorial.

3. Metodologia

4. Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem documental e qualitativa, baseada na análise de fontes secundárias. O estudo utiliza como material empírico documentos institucionais, relatórios de fundos de investimento, legislações, notícias de mercado e dados oficiais provenientes de órgãos como MAPA, IBGE, ANBIMA, CONAB e CVM, além de artigos científicos e publicações acadêmicas que abordam a financeirização da agricultura, a formação de oligopólios e as transformações no agronegócio brasileiro.

A metodologia documental busca identificar e interpretar evidências históricas e contemporâneas sobre a participação de fundos de investimento e grupos corporativos no setor

agroindustrial, relacionando-as às mudanças estruturais no mercado e nas políticas públicas. Para isso, foram examinadas publicações acadêmicas, relatórios setoriais, leis, notícias econômicas e bases estatísticas entre 1994 e 2025, de modo a construir um panorama coerente da evolução do fenômeno.

A análise foi conduzida de forma interpretativa e comparativa, com foco em compreender como a financeirização e a concentração de capital se manifestam no campo brasileiro. Assim, a metodologia combina a leitura crítica das fontes documentais com o referencial teórico sobre acumulação financeira, neoliberalismo e concentração econômica, permitindo uma articulação entre os dados empíricos e a discussão teórica desenvolvida no artigo.

5. Resultados e discussões

5.1. A Ascensão dos Fundos de Investimento nas Cadeias Agroindustriais (FIAGROs)

Os Fundos de Investimento nas Cadeias Agroindustriais (FIAGROs), criados pela Lei nº 14.130 em 2021, emergiram como um dos principais vetores da financeirização do agronegócio no Brasil. Esses veículos de investimento permitem a captação de recursos para o setor, oferecendo aos investidores a oportunidade de participar dos resultados do agronegócio, muitas vezes com isenções fiscais para pessoas físicas (SUNO 2025; XP Investimentos 2025).

O crescimento dos FIAGROs tem sido exponencial. Entre março de 2023 e março de 2025, o patrimônio líquido (PL) desses fundos registrou um aumento de 204%, passando de R\$ 14,7 bilhões para R\$ 44,7 bilhões (INFOMONEY 2025). Em um período mais amplo, de dezembro de 2022 a dezembro de 2024, o PL saltou de R\$ 10,5 bilhões para R\$ 43,7 bilhões, representando um crescimento de 315% (GOV 2025). Esse ritmo de expansão demonstra o apetite do mercado financeiro pelo agronegócio, considerado um setor resiliente e com alto potencial de retorno.

5.2. Perfil dos Investidores e Composição dos FIAGROs

O perfil dos investidores em FIAGROs é predominantemente composto por pessoas físicas. Em 2024, os FIAGROs já contavam com cerca de 660 mil cotistas pessoas físicas, evidenciando a democratização do acesso a investimentos no agronegócio para o pequeno investidor (Capital Aberto 2025). A isenção de imposto de renda para pessoas físicas que investem em FIAGROs é um dos fatores que impulsionam essa participação (Mais Retorno 2021).

Os FIAGROs são divididos em três principais categorias, de acordo com os ativos em que investem (B3 2025): a) FIAGRO-FII (Fundos de Investimento Imobiliário), investem em imóveis rurais e direitos sobre imóveis rurais; b) FIAGRO-FIDC (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), investem em direitos creditórios do agronegócio, como Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs); c) FIAGRO-FIP (Fundos de Investimento em Participações): Investem em participações em empresas do agronegócio.

Os FIAGROs-FII detêm a maior parcela do patrimônio líquido, representando 44% do total e somando R\$ 18 bilhões em dezembro de 2024 (ANBIMA 2024). Os FIAGROs-FIDC também possuem uma participação significativa, sendo veículos importantes para o financiamento da cadeia produtiva através de títulos de dívida (Genial Investimentos 2025).

Tabela 2: Evolução do Patrimônio Líquido dos FIAGROs no Brasil (2022-2025)

Período	Patrimônio Líquido (R\$ bilhões)	Crescimento (%)	Fonte
Dez/2022	10,5	-	(GOV 2025)
Mar/2023	14,7	-	(INFOMONEY 2025)
Set/2024	42,0	124,3 (em 1 ano)	(GOV 2024)

Período	Patrimônio Líquido (R\$ bilhões)	Crescimento (%)	Fonte
Dez/2024	43,7	315 (em 2 anos)	(GOV 2025)
Mar/2025	44,7	204 (em 2 anos)	(INFOMONEY 2025)

Fonte: elaboração dos autores.

5.3. Investimentos Diretos e Aquisições por Fundos de Private Equity e Venture Capital

Além dos FIAGROs, a financeirização do agronegócio também se manifesta através de investimentos diretos e aquisições realizadas por fundos de Private Equity (PE) e Venture Capital (VC). Esses fundos buscam empresas com alto potencial de crescimento, injetando capital e expertise de gestão para otimizar operações e, posteriormente, realizar a venda da participação com lucro. A seguir, são apresentados exemplos de fundos e suas empresas investidas no agronegócio brasileiro.

5.3.1. Lavoro (Controlada da Patria Investimentos)

A Lavoro, braço agrícola da gestora Patria Investimentos, tem sido um ator proeminente na consolidação do mercado de insumos agrícolas no Brasil e na América Latina. Sua estratégia de crescimento baseia-se em um agressivo plano de fusões e aquisições (M&A), visando expandir sua capilaridade e portfólio de produtos. A Lavoro realizou diversas aquisições nos últimos anos, destacando-se algumas.

A Coram, adquirida em dezembro de 2023. Embora o valor específico da transação não tenha sido divulgado, a aquisição foi parte de um levantamento de R\$ 420 milhões em Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) pela Lavoro. A Coram fortalece as operações da Lavoro nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás (Globo Rural 2023; Lavoro Limited 2023).

A Provecampo, adquirida em julho de 2022 por R\$ 21,688 milhões. Esta distribuidora colombiana de insumos agrícolas expandiu a atuação internacional da Lavoro (Fusões&Aquisições 2022b; MARKETSCREENER 2022).

Casa Trevo e CATR, adquiridas em junho de 2022. O valor da transação não foi divulgado, mas as empresas, distribuidoras de insumos agrícolas no Rio Grande do Sul, adicionam R\$ 200 milhões ao faturamento anual da Lavoro na vertical de redistribuição, marcando sua entrada estratégica no estado (Fusões&Aquisições 2022a; LAVCA 2022).

5.3.2. Aqua Capital

A Aqua Capital é uma gestora de private equity focada exclusivamente no agronegócio e setor alimentício na América Latina. Seu portfólio inclui empresas em diversas etapas da cadeia, desde insumos e tecnologia (Agritech) até produtos finais. Alguns investimentos notáveis incluem:

1) Biotrop: Empresa de insumos biológicos (Agritech). A Aqua Capital investiu na Biotrop e, posteriormente, a vendeu em setembro de 2023 para a Biobest por €532 milhões (aproximadamente R\$ 2,8 bilhões), demonstrando o potencial de valorização e saída de investimentos no setor (Agrinvestitor 2023b; NEOFEED 2023).

2) Grand Cru: Varejista de vinhos. A Aqua Capital adquiriu participação majoritária em abril de 2015 e a vendeu em outubro de 2021, consolidando sua estratégia de investimento e desinvestimento em empresas do setor agroindustrial (LAVCA 2021; PE Hub 2015).

3) Puravida: Foodtech de alimentos saudáveis. A Aqua Capital investiu um valor não divulgado em agosto de 2020, adquirindo participação majoritária e apostando na crescente demanda por produtos saudáveis e sustentáveis (Agrinvestitor 2020; LAVCA 2020a).

4) Exata Brasil: Plataforma de agricultura regenerativa focada em saúde do solo (Agritech). A Aqua Capital investiu na empresa em setembro de 2023, com um aporte previsto de R\$ 100 milhões nos próximos três anos para o desenvolvimento da plataforma (AGFEED 2024; LAVCA 2023).

5) Novus Ag: Empresa de insumos agrícolas. Adquirida pela Aqua Capital em agosto de 2023, esta aquisição, embora focada na expansão nos EUA, reflete a estratégia global da gestora e a busca por sinergias em diferentes mercados (Agrinvestitor 2023a; Cascadia 2023).

5.3.3. Vinci Partners

A Vinci Partners, uma plataforma de investimentos alternativos, tem expandido sua atuação no agronegócio, reconhecendo o potencial de crescimento e a necessidade de capital no setor. Um exemplo recente é a MAV Capital, gestora de ativos focada no agronegócio. A Vinci Partners anunciou o acordo para aquisição da MAV Capital em abril de 2024, com a conclusão prevista para junho de 2024. Embora o valor da transação não tenha sido divulgado, a aquisição adiciona R\$ 550 milhões em ativos sob gestão à Vinci, fortalecendo sua presença no agronegócio (PRNEWSWIRE 2024a, 2024b).

5.3.4. KPTL

A KPTL é uma gestora de venture capital com foco em inovação e tecnologia, incluindo o setor de Agritech. Seus investimentos visam impulsionar startups que trazem soluções disruptivas para o agronegócio:

1) Agrottools: Empresa de tecnologia e dados para o agronegócio. A KPTL investiu na Agrottools em junho de 2020, apostando na digitalização e inteligência de dados para o setor (KPTL 2020).

2) Gestão Agropecuária: Empresa de sistemas de gestão para criação de gado. A KPTL adquiriu uma participação minoritária em junho de 2020, visando otimizar a gestão e produtividade na pecuária (LAVCA 2020b).

5.3.5. Barn Investimentos

A Barn Investimentos é uma gestora de venture capital dedicada ao agronegócio, buscando startups com soluções inovadoras para os desafios do setor, uma de suas principais atividades de Fusões e Aquisições (F&A) foi a Rumina, plataforma de pecuária (Agritech). A Barn Investimentos liderou uma rodada de R\$ 25 milhões em abril de 2022, investindo em uma plataforma que oferece gestão para fazendas de corte e leite, com foco em eficiência e sustentabilidade (PWC 2022).

5.3.6. Vox Capital

A Vox Capital é uma gestora de investimentos de impacto, buscando empresas que gerem retornos financeiros e, ao mesmo tempo, impacto social e ambiental positivo. No agronegócio, a gestora tem focado em soluções que promovam sustentabilidade e desenvolvimento, como no caso da Seedz. A Vox Capital realizou um investimento de US\$ 16,5 milhões em uma rodada Série A em dezembro de 2022. A Seedz foi a primeira AgTech investida pela Vox Capital, demonstrando o interesse da gestora em soluções tecnológicas para um agronegócio mais sustentável (TRACXN 2025; Vox Capital 2022).



5.4. Implicações da Financeirização e Concentração

A crescente financeirização do agronegócio, impulsionada pelos FIAGROs e pelos fundos de PE/VC, tem profundas implicações para a estrutura de mercado e a dinâmica do setor. A injeção massiva de capital, embora fundamental para o desenvolvimento e modernização, pode acelerar processos de concentração, favorecendo grandes players e dificultando a competição para pequenos e médios produtores. A busca por retornos financeiros elevados pode, em alguns casos, priorizar a eficiência econômica em detrimento de aspectos sociais e ambientais, levantando questões sobre a sustentabilidade a longo prazo do modelo de desenvolvimento do agronegócio brasileiro. A análise da balança comercial do agronegócio também reflete a complexidade do cenário, com a soja, por exemplo, apresentando queda no volume exportado e no preço médio em 2024, apesar do crescimento geral das exportações do setor (MAPA 2024a).

Tabela 3: Dados da balança comercial brasileira (2024)

Principais Produtos	Valor (US\$ milhões) 2023	Valor (US\$ milhões) 2024	Variação %	Quantidade (mil toneladas) 2023	Quantidade (mil toneladas) 2024	Variação %	Preço Médio (US\$/t) 2023	Preço Médio (US\$/t) 2024	Variação %
EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO	166.488	164.368	-1,27%	267.862	259.293	-3,20%	-	-	-
Complexo Soja	67.250	53.936	-19,8%	126.671	123.312	-2,7%	531	437	-17,6%
Carnes	23.511	26.181	11,4%	8.817	9.665	9,6%	2.666	2.709	1,6%
Complexo Sucroalcooleiro	17.384	19.689	13,3%	33.337	39.800	19,4%	521	495	-5,1%
Produtos Florestais	14.279	17.313	21,2%	29.157	30.452	4,4%	490	569	16,1%
Cereais, farinhas e preparações	15.542	9.983	-35,8%	60.663	44.967	-25,9%	256	222	-13,3%
Café	8.087	12.340	52,6%	2.210	2.872	30,0%	3.659	4.296	17,4%
Fibras e produtos têxteis	3.450	5.520	60,0%	1.753	2.918	66,4%	1.967	1.892	-3,9%
Fumo e seus produtos	2.729	2.977	9,1%	512	455	-11,1%	5.330	6.541	22,7%
Sucos	2.682	3.510	30,9%	2.810	2.583	-8,1%	954	1.359	42,4%
Couros e seus produtos	1.524	1.619	6,3%	443	609	37,4%	3.438	2.660	-22,6%
Frutas (inclui nozes e castanhas)	1.349	1.377	2,0%	1.108	1.094	-1,3%	1.217	1.258	3,4%
Animais vivos	618	978	58,3%	201	374	86,7%	3.081	2.613	-15,2%
Cacau e seus produtos	373	636	70,4%	89	91	1,4%	4.174	7.014	68,0%
Pescados	338	400	18,6%	60	65	7,7%	5.622	6.191	10,1%
Lácteos	82	97	18,2%	30	36	19,2%	2.703	2.679	-0,9%
Demais Produtos	7.292	7.812	7,1%	-	-	-	-	-	-
IMPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO	18.508	21.709	17,30%	12.332	16.045	30,10%	-	-	-



Principais Produtos	Valor (US\$ milhões) 2023	Valor (US\$ milhões) 2024	Variação %	Quantidade (mil toneladas) 2023	Quantidade (mil toneladas) 2024	Variação %	Preço Médio (US\$/t) 2023	Preço Médio (US\$/t) 2024	Variação %
Cereais, farinhas e preparações	3.683	4.046	9,9%	8.942	11.964	33,8%	412	338	-17,9%
Produtos oleaginosos (exclui soja)	1.381	1.722	24,7%	700	845	20,7%	1.973	2.037	3,3%
Pescados	1.424	1.572	10,4%	270	292	8,1%	5.275	5.389	2,2%
Produtos florestais	1.479	1.604	8,5%	1.057	1.222	15,7%	1.399	1.313	-6,2%
Hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	919	1.195	30,1%	895	1.106	23,7%	1.027	1.080	5,2%
Lácteos	1.093	1.051	-3,8%	279	276	-1,0%	3.921	3.808	-2,9%
Fibras e produtos têxteis	857	1.036	20,9%	90	119	31,6%	9.476	8.706	-8,1%
Complexo sucroalcooleiro	124	176	42,3%	100	220	121,3%	1.241	798	-35,7%
Demais Produtos	7.550	9.307	23,3%	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária (2024).

5.5. Considerações finais

A análise da formação de oligopólios e da financeirização do agronegócio brasileiro revela um processo complexo, profundamente enraizado na trajetória histórica de concentração fundiária e na crescente integração do campo brasileiro ao sistema financeiro global. As evidências apresentadas ao longo deste trabalho indicam que, embora os instrumentos financeiros e a entrada de fundos de investimento representem uma nova etapa de modernização e acesso a capital, eles também reproduzem, e em alguns casos ampliam, as desigualdades estruturais do setor.

A criação dos Fundos de Investimento nas Cadeias Agroindustriais (FIAGROs), em 2021, simboliza o ápice institucional desse processo. Em apenas dois anos, o patrimônio líquido dos FIAGROs cresceu mais de 300%, alcançando R\$ 44,7 bilhões em 2025 (GOV 2025; INFOMONEY 2025). Essa expansão, embora demonstre o vigor e a atratividade financeira do agronegócio, revela uma dinâmica de valorização de ativos desvinculada da produção agrícola em si. O campo torna-se, cada vez mais, um espaço de circulação e acumulação financeira, onde terras, recebíveis e fluxos futuros de produção são convertidos em ativos negociáveis. Assim, a financeirização não apenas redefine o modo de financiamento da agricultura, mas transforma a própria lógica de reprodução do capital no setor.

A predominância de investidores pessoa física nos FIAGROs — cerca de 660 mil cotistas em 2024 — evidencia a capilarização da lógica financeira (Capital Aberto 2025). No entanto, essa “democratização” é em grande parte ilusória: a concentração dos maiores volumes de capital permanece sob controle de gestoras e bancos que atuam como intermediários, enquanto os riscos são socializados entre pequenos investidores. Esse fenômeno confirma a leitura de Zwan (2014) e Chesnais (2002), segundo os quais a financeirização combina expansão de liquidez com redistribuição desigual dos riscos e rendimentos, ampliando a dominância do capital rentista sobre a economia produtiva.



Os resultados também evidenciam o papel decisivo dos fundos de Private Equity (PE) e Venture Capital (VC) na reconfiguração do agronegócio brasileiro. Casos como o da Lavoro, controlada pela Pátria Investimentos, e o da Aqua Capital ilustram a concentração crescente de poder corporativo por meio de fusões e aquisições. A Lavoro consolidou, em menos de uma década, uma rede de mais de 200 distribuidoras na América Latina, sustentada por emissões de CRAs e sucessivas aquisições de empresas regionais (Fusões&Aquisições 2022a, 2022b; Globo Rural 2023). Já a Aqua Capital, com operações que somam bilhões de reais, atua em segmentos variados — de insumos biológicos a varejo de vinhos — reforçando a lógica de diversificação de portfólio e captura de valor ao longo de toda a cadeia agroindustrial. Esses movimentos configuram o que Chesnais (2005) define como “regime de acumulação financeirizado”, em que o lucro financeiro passa a direcionar a organização industrial e a estratégia das empresas.

Por outro lado, o papel do Estado brasileiro, longe de ser residual, mostrou-se central na institucionalização desse processo. Desde a criação da Cédula do Produtor Rural (1994) até a instituição dos FIAGROs (2021), políticas públicas e incentivos fiscais consolidaram as condições para a penetração do capital financeiro no campo. A financeirização do agronegócio, portanto, não resulta de uma retração do Estado, mas de sua reconfiguração como agente promotor da acumulação financeira — um movimento que confirma a análise de Bronoski e Costa (2024) sobre a simbiose entre poder político e mercado no contexto agrofinanceiro brasileiro.

A partir da perspectiva territorial, a expansão de fundos e empresas agrofinanceirizadas tem implicações profundas. A presença de fundos internacionais — como BlackRock, Vanguard e JP Morgan — no capital de companhias agrícolas nacionais, como a SLC Agrícola, reforça a internacionalização da propriedade e o avanço de dinâmicas típicas de land grabbing (Gomes 2020b). Nessas regiões, especialmente no Cerrado e no MATOPIBA, observa-se a coexistência de discursos corporativos sobre sustentabilidade e práticas concretas de desmatamento, conflitos fundiários e precarização do trabalho (Malatrasi and Bezerra 2024b; da Terra 2023). A financeirização da sustentabilidade — expressa em instrumentos como a CPR Verde e os títulos ESG — transforma a natureza em ativo financeiro, reproduzindo o que Tavares (2022) denomina “apagamento das injustiças ambientais”.

Os resultados empíricos também apontam para uma transformação na natureza da competitividade do agronegócio. A busca por rentabilidade e liquidez desloca o foco da inovação produtiva para a valorização de ativos, favorecendo grandes conglomerados integrados verticalmente e dificultando o acesso de pequenos e médios produtores ao crédito e ao mercado. A concentração corporativa, evidenciada pela dominância de poucos grupos em segmentos como insumos, grãos e carnes (Ferreira and Wilkinson 2022b), caracteriza uma estrutura de mercado oligopolizada, na qual o poder de precificação e de controle da cadeia é cada vez mais concentrado.

Assim, o agronegócio brasileiro vive uma dupla contradição: por um lado, consolida-se como motor do PIB, das exportações e da balança comercial; por outro, aprofunda assimetrias sociais e ambientais e se torna dependente de fluxos de capital voláteis e exógenos. A expansão dos FIAGROs e dos fundos de private equity sinaliza uma crescente desconexão entre o valor financeiro e o valor produtivo do campo. O resultado é a consolidação de um modelo de acumulação que, embora eficiente em termos econômicos de curto prazo, compromete a sustentabilidade e a equidade de longo prazo.

Em síntese, a articulação entre a revisão teórica e os resultados empíricos permite afirmar que a financeirização do agronegócio brasileiro constitui uma nova fase da concentração capitalista, marcada pela integração entre o capital financeiro e o capital agrário sob a mediação do Estado. O campo brasileiro, antes estruturado pela grande propriedade e pelo latifúndio, passa agora a ser



dominado por holdings financeiras, fundos e corporações transnacionais, que controlam não apenas a terra e a produção, mas também os fluxos financeiros e simbólicos do setor.

Dessa forma, compreender a formação de oligopólios e a participação dos fundos de investimento no agronegócio brasileiro é compreender a própria metamorfose do capitalismo contemporâneo no campo. Os dados apresentados neste estudo reforçam a necessidade de políticas públicas que enfrentem a crescente financeirização e promovam a desconcentração econômica, a regulação efetiva do capital financeiro no setor agroindustrial e a valorização de modelos produtivos mais inclusivos e sustentáveis. O desafio que se impõe é conciliar eficiência econômica com justiça social e sustentabilidade ambiental — condição essencial para que o agronegócio brasileiro se converta, de fato, em vetor de desenvolvimento e não apenas de rentabilidade financeira.

6. Referências

- AGFEED. 2024. “EXCLUSIVO: Com Aporte de R\$ 100 Milhões, Aqua Assume Controle Da Solubio.”
- Agrinvestitor. 2020. “Aqua Takes Stake in Food and Supplement Provider Puravida.”
- Agrinvestitor. 2023a. “Aqua Brings Americas Strategy to Bear with Novus Deal.”
- Agrinvestitor. 2023b. “Aqua Capital and GIC Exit Biotrop in €532m Deal.”
- Alves, Eliseu, and Elisio Contini. 2020. “A Embrapa e o Desenvolvimento Da Agricultura Brasileira.” *Revista de Política Agrícola* 29(3):7–24.
- Amaral, L. A. 2023. *Financeirização Da Natureza e Conflitos Socioambientais No Brasil*. Autonomia Literária.
- Anbima. 2023. “Consolidado de Fundos Fiagro.”
- ANBIMA. 2023. “Boletim de Fundos de Investimento.”
- ANBIMA. 2024. “Patrimônio Líquido Dos Fiagros Dobra Nos Últimos 12 Meses.”
- Andrade, Manuel C. 1998. *A Terra e o Homem No Nordeste*. Editora Cortez.
- B3. 2025. “Fundo de Investimento Em Cadeias Agroindustriais (Fiagro).”
- Bethônico, C. M. L. 2021. *Capital Financeiro, Globalização e Agronegócio: Os Desafios Da Sustentabilidade*. Rio de Janeiro: FGV.
- BOVESPA. 2022. “Bolsa de Valores.” http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/.
- Boxer, Charles R. 2002. *A Idade de Ouro Do Brasil*. Companhia Editora Nacional.
- Brasil. 1994. “Lei Nº 8.929, de 22 de Agosto de 1994. Institui a Cédula de Produto Rural.”
- Brasil. 2004. “Lei Nº 11.076, de 30 de Dezembro de 2004. Dispõe Sobre o Certificado de Depósito Agropecuário e Outros.”
- Bronski, B, and R. B. D. M. L. D. Costa. 2024. “Between Fiagro and Individual Investors: New Logics of Agribusiness Reproduction.” *Ambiente & Sociedade* 27:e00028.
- Bronski, Bruna, and Rodrigo Costa. 2024a. “Entre o Fiagro e Os Investidores Individuais: Novas Lógicas de Reprodução Do Agronegócio.” *Ambiente & Sociedade* 27. doi:10.1590/1809-4422asoc00281vu27L5AO.
- Bronski, Bruna, and Rodrigo Costa. 2024b. “Entre o Fiagro e Os Investidores Individuais: Novas Lógicas de Reprodução Do Agronegócio.” *Ambiente & Sociedade* 27.
- Cano, Wilson. 2007. *Raízes Da Concentração Industrial Em São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Capital Aberto. 2025. “FII e Fiagro – Fundos Parecidos e Diferentes Ao Mesmo Tempo.”
- Cascadia. 2023. “Cascadia Advises Novus Ag, a Portfolio Company of Tillridge Global Agribusiness Partners, in Its Acquisition by Aqua Capital.”



- Cavalcante, A. 2020. “Conflitos Territoriais e Financeirização Do Campo No Cerrado Brasileiro.” UnB.
- Chesnais, F. 2002. “A Teoria Do Regime de Acumulação Financeirizado: Conteúdo, Alcance e Interrogações.” *Economia e Sociedade* 11(1):1–44.
- Chesnais, F. 2005. *O Capital Globalizado e as Contradições Do Capitalismo*. São Paulo: Xamã.
- Comissão Pastoral da Terra. 2023. “Conflitos No Campo Brasil 2022.”
- CONAB. 2025. “Boletim Da Safra de Grãos – 5º Levantamento 2024/25.”
- Dean, Warren. 1976. *Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820–1920*. Stanford University Press.
- Delgado, G. C. 2012. “Do Capital Financeiro Na Agricultura à Economia Do Agronegócio: Mudanças Cíclicas Em Meio Século [1965-2012].”
- Faoro, Raymundo. 2001. *Os Donos Do Poder*. Globo.
- FAOSTAT. 2023. “Value of Agricultural Production.” <https://www.fao.org/faostat/en/#data/QV>.
- Ferreira, M. D., and John Wilkinson. 2022a. “Concentração No Mercado de Sementes: O Caso Bayer-Monsanto.” *Revista de Economia e Sociologia Rural* 60(2):1–18.
- Ferreira, M. D., and John Wilkinson. 2022b. “Concentração No Mercado de Sementes: O Caso Bayer-Monsanto.” *Revista de Economia e Sociologia Rural* 60(2):1–18.
- Fine, B., and A. Saad-Filho. 2017. “Thirteen Things You Need to Know about Neoliberalism.” *Critical Sociology* 43(4–5):685–706.
- Flexor, G. G., K. Y. M. Kato, and S. P. Leite. 2023. “Transformações Na Agricultura Brasileira e Os Desafios Para a Segurança Alimentar e Nutricional No Século XXI.” in *Alimentação e nutrição no Brasil: perspectivas na segurança e soberania alimentar*.
- Frente Parlamentar Agropecuária. 2023. “Todos Os Membros.”
- Furtado, Celso. 2007. *Formação Econômica Do Brasil*. Editora 34.
- Fusões&Aquisições. 2022a. “Grupo Trabalho Adquire Duas Empresas Gaúchas de Insumos Agrícolas.”
- Fusões&Aquisições. 2022b. “Grupo Trabalho Adquire Provecampo, Distribuidora de Insumos Agrícolas Na Colômbia.”
- Genial Investimentos. 2025. “Fiagro: Entenda Se Vale a Pena Investir!”
- Globo Rural. 2023. “Lavoro Anuncia Emissão de R\$ 420 Milhões Em CRAs e Compra Da Coram.”
- Gomes, C. M. P. 2020a. “Um ‘Novo Mercado Global de Terras’ No Brasil: Land Grabbing e a ‘Última Fronteira Agrícola’ – MATOPIBA.” CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.
- Gomes, C. M. P. 2020b. *Um “Novo Mercado Global de Terras” No Brasil: Land Grabbing e a “Última Fronteira Agrícola” – MATOPIBA*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.
- GOV. 2024. “Indústria de FIAGRO Cresce 124,3% Em Um Ano.”
- GOV. 2025. “Indústria de FIAGRO Cresce 315% Em Dois Anos.”
- Grecco, A., and B. Arruda. 2023. “Logística e Competitividade Do Agronegócio No Brasil.” *Revista Transporte & Logística* 15(4):45–64.
- Guanziroli, Carlos E., Antônio M. Buainain, and Alberto Di Sabbato. 2019. *Mecanização Agrícola No Brasil: Uma Análise Regional*. Brasília: Editora Ipea.
- Gunnoe, A. 2014. “The Political Economy of Institutional Landownership: Neorentier Society and the Financialization of Land.” *Rural Sociology* 79(4):478–504.
- Holloway, Thomas H. 1980. *Imigrantes Para o Café: Café e Sociedade Em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- IBGE. 2021. *Produção Da Extração Vegetal e Da Silvicultura*. Brasil.
- IBGE. 2023. “Produção Agrícola Municipal – Culturas Temporárias e Permanentes.”



- INCRA. 2020. *Relatório de Concentração Fundiária No Brasil*.
- INFOMONEY. 2025. “Patrimônio Em Fiagros Sobem Mais de 200% Em Dois Anos e Atinge R\$ 44,7 Bi, Aponta CVM.”
- JBS. 2024. “JBS 360.”
- Júnior, Caio Prado. 2011. *História Econômica Do Brasil*. Brasiliense.
- Klink, Carlos A., and Ricardo B. Machado. 2005. *A Conservação Do Cerrado Brasileiro*. Vol. 1. Brasília: Editora Megadiversidade.
- KPTL. 2020. “KPTL Investe Na Agrotech.”
- LAVCA. 2020a. “Aqua Capital Invests Undisclosed Amount in Brazilian Foodtech Puravida.”
- LAVCA. 2020b. “KPTL Acquires Minority Stake in Gestão Agropecuária.”
- LAVCA. 2021. “Aqua Capital Exits Grand Cru via Sale to Evino.”
- LAVCA. 2022. “Pátria Investimentos’ Lavoro Acquires 85% Stake in Brazil’s Casa Trevo and CATR From AZ Group.”
- LAVCA. 2023. “Aqua Capital Invests in Brazil’s Exata.”
- Lavoro Limited. 2023. “Lavoro Completes Acquisition of Coram.”
- Leite, S. P., and V. J. Wesz Junior. 2015. *Estado, Políticas Públicas e Agronegócio No Brasil: Revisitando o Papel Do Crédito Rural*.
- Lopes, Mauro S. 2021. *Agricultura No Cerrado: Avanços Tecnológicos e Sustentabilidade*. Brasília: Embrapa.
- Mais Retorno. 2021. “Fiagro - Fundo de Investimento Em Agronegócio.”
- Malatrasi, L. G., and J. E. Bezerra. 2024a. “Agronegócio e Fundos de Investimento ESG No Brasil: Impactos Socioambientais.” *Geografia (Londrina)*.
- Malatrasi, L. G., and J. E. Bezerra. 2024b. “Agronegócio e Fundos de Investimento ESG No Brasil: Impactos Socioambientais.” *Geografia (Londrina)*.
- Mapa. 2024. “Projeções Do Agronegócio – Brasil 2023/24 a 2033/34.”
- MAPA. 2023. “Agrostat Brasil: Balanço Do Agronegócio 2023.”
- MAPA. 2024a. “Balança Comercial Do Agronegócio.”
- MAPA. 2024b. “Estatísticas de Comércio Exterior Do Agronegócio Brasileiro - AgroStat Brasil.”
- MAPA. 2024c. “Projeções Do Agronegócio – Brasil 2023/24 a 2033/34.”
- Marfrig Global Foods. 2024. “Marfrig Verde +.”
- MARKETSCREENER. 2022. “Lavoro Agro Holding S.A. Completed the Acquisition of Provecampo S.A.S for BRL21.688 Million.”
- Martinelli, Luiz Antonio, Mateus Batistella, Ramon Felipe Bicudo da Silva, and Emilio Moran. 2017. “Soy Expansion and Socioeconomic Development in Municipalities of Brazil.” *Land* 6(3):62.
- Mendonça, Renata. 2004. “A História Da Ocupação Do Interior Do.” *Viabilidade de Conservação Dos Remanescentes de Cerrado No Estado de São Paulo* 57.
- NEOFEED. 2023. “Biotrop, Da Aqua Capital, é Vendida a Um Valuation de R\$ 2,8 Bilhões.”
- Oliveira, G., and C. He. 2021. “China’s Demand and Brazil’s Soybean Boom.” *World Development* 138:105156.
- de P. Abreu, Marcelo. 1990. “A Crise de 1929 e a Cafeicultura Brasileira.” *Revista Brasileira de Economia* 44(2):213–31.
- Paes, Caio de Freitas. 2023. “Justiça Libera 400 Mil Hectares Sob Suspeita de Grilagem Após Pressão Ruralista Na Bahia.”
- Paviani, J. 2019. *Sustentabilidade e Retórica: Crítica Ao Greenwashing Corporativo*. EdUFSM.
- PE Hub. 2015. “Aqua Capital Buys Majority Stake in Brazilian Wine Retailer Grand Cru.”



- Pessoa, Márcia C., and Rogério H. O. Silva. 2020. “O Uso de Insumos Químicos Na Agricultura Brasileira: Tendências Recentes.” *Revista de Economia Agrícola* 67(2):45–62. doi:10.37856/bja.v67n2.2020.1128.
- Pignati, W. A., R. M. Oliveira, and C. D. A. Silva. 2014. “Agrotóxicos e Saúde: Uma Análise Da Exposição de Trabalhadores Rurais.” *Revista de Saúde Pública* 48(5):811–17.
- Pitta, F. T., and C. Vega. 2017. “Financialization of Brazilian Agribusiness: Land Grabbing and Farm Debt.” *Journal of Peasant Studies*.
- Pompeia, C. 2020. “Concertação e Poder: O Agronegócio Como Fenômeno Político No Brasil.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 35(104):e3510410.
- PRNEWSWIRE. 2024a. “VINCI PARTNERS COMPLETES ACQUISITION OF MAV CAPITAL.”
- PRNEWSWIRE. 2024b. “VINCI PARTNERS TO EXPAND AGRIBUSINESS FOOTPRINT WITH THE ACQUISITION OF MAV CAPITAL.”
- PWC. 2022. “Barn Investimentos Lidera Rodada de R\$ 25 Milhões Na Plataforma Rumina.”
- Santos, A. B., B. F. Gonçalves, C. M. P. Gomes, J. S. Vicente, O. A. D. Barros Junior, S. P. Leite, and V. J. Wesz Junior. 2022. “Financeirização Da Agricultura e Da Terra No Brasil: Dinâmicas Em Curso e Disputa Em Jogo.”
- Sauer, Sérgio. 2021. “Concentração Fundiária e Agronegócio No Brasil.” *Cadernos de Ciência & Tecnologia* 38(2):365–91.
- Saweljew, E. 2019. *A Crise Financeira e a Financeirização*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Schwartz, Stuart B. 1988. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos Na Sociedade Colonial*. Companhia das Letras.
- Silveira, J. M., and A. M. Buainain. 2022. “Inovação Tecnológica e Mudanças Na Agricultura Brasileira.” *Revista de Economia e Sociologia Rural* 60(1):1–24.
- SLC Agrícola. 2023. “Relatório Integrado 2022.”
- SUNO. 2025. “Fiagro: O Que é o Fundo de Investimento Do Agronegócio.”
- Tavares, M. 2022. *Financeirização Verde e Injustiça Ambiental*. [S.l.]: Expressão Popular.
- Tavares, T. R. R. 2021. “Da Responsabilidade Social Corporativa Ao ESG: As Práticas Espaciais Da Siderúrgica Ternium Para Ocultação Do Sofrimento Ambiental Em Santa Cruz-RJ.” Pp. 1–20 in *Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 14*. Campina Grande: Realize Editora.
- Tavares, T. R. R. 2022. “Sofrimento Ambiental Por Contaminação Do Ar e Da Água Nos Arredores Da Siderúrgica Ternium, Às Margens Da Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro): Um Estudo Sobre Injustiça Ambiental.” Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro.
- da Terra, Comissão Pastoral. 2023. “Conflitos No Campo Brasil 2022.”
- TRACXN. 2025. “Seedz - 2025 Funding Rounds & List of Investors.”
- USDA. 2024a. “Livestock and Poultry: World Markets and Trade – October 2024.”
- USDA. 2024b. “Livestock and Poultry: World Markets and Trade – October 2024.”
- Vicente, J. S. 2020. “Investimento Estrangeiro e Mercado de Terras No Brasil.” *Revista de Economia e Sociologia Rural*.
- Vox Capital. 2022. “Por Que Investimos Na Seedz, Nossa Primeira AgTech Do Agro.”
- XP Investimentos. 2025. “Fiagro: O Que São Os Fundos de Investimento Do Agronegócio?”
- der Zwan, N. 2014. “Making Sense of Financialization.” *Socio-Economic Review* 12(1):99–129.